

RESENHAS

De Raposas e Reformistas: o PSD e a experiência democrática brasileira (1945-64) - de Lúcia Hippolito, Ed. Paz e Terra, 1985, 340 págs.

por Maria Victoria Benevides*

Em 1964, segundo Lúcia Hippolito, "o comando pessedista assistiu, perplexo", a tomada do poder pelos militares. "Fragmentado, abúlico, disfuncional", o Partido Social Democrático deixava o palco iluminado da cena política. Como isso foi possível com o sólido PSD, o todo-poderoso partido da "república populista"? Aquele partido que soubera, com tanta habilidade, "administrar" e superar as crises dramáticas de 54, 55 e 61?

Este livro coloca e responde essas questões, embora a autora adiante que não pretendeu "escrever a história do PSD, tarefa por demais ambiciosa" (1). Mas seu estudo é, sem dúvida, uma contribuição valiosa e polêmica para a compreensão do que foi o partido, a meu ver de muitas "raposas" para poucos reformistas. As imagens correntes são recuperadas numa análise precisa - o "ppedismo mineiro", a conciliação e a tolerância, o cálculo político - que se completa com o primoroso "manual do bom pessedista". O perfil do PSD se identifica, ainda, na força eleitoral, na competência administrativa, na socialização das lideranças e... na falta de democracia interna.

Alguns pontos se destacam para a análise de todo o sistema, como as relações potencialmente conflitivas entre Executivo e Legislativo; a importância decisória do poder regional e local, bem como as exigências de alianças e coligações (partido nacional seria mesmo uma "ficção legal"?) e as condições para o equilíbrio de um pacto conservador. A tese central aponta o PSD como o fiador da estabilidade do regime, num sistema partidário pluralista, e que se mantém moderado até o final da década de 50. Até então o PSD *encarna o centro*, forte e por todos reconhecido, atuando ou omitindo-se (a tal "omissão preventiva") para preservar-se como o principal negociador político. A UDN esperneia, o PTB cresce, mas é o PSD que dá o tom. Apresentado originalmente como uma dissertação de mestrado no IUPERJ, este livro revela, de saída, uma qualidade nem sempre presente nas teses acadêmicas *a breve introdução teórica é pertinente à pesquisa!* Isto é, concordando ou discordando, em momento algum a "teoria" nos entendia como a tradicional "muleta" ou, em versão mais generosa, como uma digressão, sofisticada e inútil. A abordagem do esquema desenvolvido por Giovanni Sartori para a análise de sistemas partidários permanece diretamente vinculada ao objeto em estudo. De forma crítica e inovadora, Lúcia Hippolito reavalia o modelo sartoriano, apresentando a hipótese de que *a tendência centrípeta do pluralismo moderado se dá justamente a partir da existência de um centro ocupado por um partido sólido* - no caso o PSD e sua formidável política de arranjos e compromissos. Creio ser esta a primeira vez que o instigante trabalho de Sartori (1976) é aplicado a um estudo concreto sobre partidos no Brasil. Dentre as questões levantadas, gostaria de retomar a argumentação em torno do PSD como "administrador das crises", e a maneira como a variável "radicalização" é incluída no esquema teórico. Em decorrência, destacaria, na parte mais específica da análise histórica, minha discordância com o enfoque (não) dado ao papel dos militares, que aparecem fugazmente como atores secundários.

O PSD é apresentado, convincentemente aliás, como o fiador da estabilidade, por conseguir administrar as crises com eficiência(2). Seria interessante avançar um pouco a análise, certamente sedutora para todos - e não apenas para os pessedistas históricos - que sempre admiraram a sabedoria, a moderação e o equilíbrio do velho partido. Mas, o que vem a ser "administrar a crise"? Para responder a pergunta, em qualquer caso concreto, trata-se de *definir a natureza da crise* e explicitar como, politicamente, se contornam, adiam ou abrandam suas conseqüências. No exemplo em questão, mesmo admitindo-se a conciliação como a virtude por excelência do PSD, o que teria significado, na prática esse "conciliar" no plano econômico e político? Administrar ou gerir a crise indica, sempre, uma ação organizada para minorar os efeitos da crise, e não para atuar sobre suas causas; significa aceitar a manutenção das regras do jogo, a permanência do regime político e do sistema econômico. Nesse sentido, toda ação de administração da crise é conservadora, nunca inovadora, seja para a direita seja para a esquerda (já que lidamos com noções de centro e polarizações, justifica-se, como no livro, falar em esquerda e direita). Nessa perspectiva fica evidente, e Lúcia tem toda razão, a compreensão do PSD como partido de centro. No entanto, partindo-se apenas dessa constatação não se responde à pergunta crucial: seria possível evitar o colapso do regime pela simples continuidade da administração da

crise, hipótese implícita no livro? Qual a verdadeira natureza da crise em 1964? Não se tratava, a meu ver - embora presente e aguda na conjuntura - de uma crise de representação popular ou do sistema partidário, mas, primordialmente, do funcionamento do sistema econômico e da legitimidade do político, contestado à esquerda e à direita. A atuação do PSD deve ser entendida nesse contexto. A desocupação do centro - de que fala a autora - ocorria como uma conseqüência inevitável, pois nas crises graves o centro, seja qual for, desaparece. Aliás, a fragmentação e o declínio eleitoral do PSD atingiram também o outro grande partido conservador, a UDN.(3)

Quanto à "radicalização", questiono a hipótese de Lúcia Hippolito sobre o sistema pluralista que se mantém "moderado" até o final dos anos 50. Não teria havido uma forte radicalização, já no início da década, na polarização pró e contra Getúlio? Lembro, como símbolo, as palavras do velho liberal Otávio Mangabeira, a lastimar a eleição do arquiinimigo: "O que se instalou no Catete com a volta do ex-ditador não foi propriamente um governo. Foi uma conspiração". E a "Banda de Música" da UDN, e o envolvimento dos militares com a facção lacerdista? Por outro lado, as oscilações do PTB e o desinteresse do próprio PSD que, como afirma a autora, preferia "não defender o governo", não indicariam que a radicalização florescia em terreno fértil, ferindo de morte a "conciliação" no segundo governo Vargas? (4)

Quanto ao papel dos militares, discordo radicalmente da "omissão" de Lúcia Hippolito. Em todas as crises do período (e desde o Manifesto dos Coronéis!), os militares tiveram ação tão marcante que seria impensável apresentá-los como coadjuvantes. Foram atores políticos de primeiro plano (lembro a definição de Afonso Arinos: "o grande partido nas horas de crise, é o Exército"). Em 1954 não me parece que foi o PSD quem "resolveu" a crise, mas o próprio Getúlio, com sua trágica opção pelo suicídio como arma política. Em 1961, se a emenda parlamentarista foi uma solução, "civil e política", não há como diminuir a eficiente pressão dos militares para "forçar o consenso". Não me parece igualmente razoável negligenciar o papel das Forças Armadas na crise de novembro de 1955, que definiria o poder do PSD e seus aliados. Como se sabe, a posse de Juscelino e Jango só foi resolvida na "administração da crise" pelos militares - a seu modo, é claro, com o famoso "contragolpe preventivo" do General Lott. Nesse ponto são dignos de nota os depoimentos de Juscelino - "meu governo se apoiava num tripé: o general ministro da Guerra, o coronel chefe de Polícia e o ministro da Justiça" - e de Tancredo Neves, que se referia aos militares como "co-responsáveis e agentes fiscalizadores junto ao governo" (5). A sabedoria maior do PSD, naquelas crises, estaria em perceber claramente de que lado sopravam os ventos da divisão entre os militares e dela se beneficiar. Ainda é Afonso Arinos - udenista mineiro, mas por isso mesmo identificado com o estilo pessedista - quem afirma: "a divisão das Forças Armadas é garantia do poder civil". As crises de 54 e 55, beneficiárias daquela divisão, adiaram a fatídica união de empresários com militares, receita infalível para o sucesso do golpe de 64.

A leitura desse livro provoca uma reflexão, das mais oportunas, sobre aquelas "heranças" que refletem, até hoje, a fragilidade de nosso sistema partidário. A "democracia controlada", sob a hegemonia do PSD, expõe as limitações do sistema de representação no populismo. Se a valorização da competição partidária e eleitoral garantia um mínimo de representatividade, o sistema permanecia bloqueado para a efetiva participação política das massas, então reconhecidas através do voto. Nesse sentido, uma análise mais interessante deste livro se refere ao conflito, dentro do partido, entre as "raposas" e a "ala moça", no início dos anos sessenta. Os dissidentes colocavam em risco os pilares da tradição política das elites, como o coronelismo, o clientelismo e a "oligarquização das chefias". Foram esmagados. Lúcia Hippolito conclui (e, felizmente, com frieza de analista, apesar de sua nítida admiração pela competência pessedista) que a "fuga do PSD do centro", descambando para a direita, contribuiu para a fragmentação do partido e para o colapso do sistema em 64. O que nos leva a refletir - com o devido "realismo", tão justificado por "eles" mesmos - se não seria esta a tendência natural dos partidos que se dizem "de centro", quando não têm a coragem de se afirmarem claramente conservadores de direita. Já que se fala, hoje, em "volta do populismo", em "retrocesso", em "radicalização para a direita", seria bom tentar entender como um "partido de centro", acuado pelas crescentes reivindicações da cidadania, poderia sobreviver sem "descambar" para a direita. Basta observar, por exemplo, os rumos do atual PFL e suas inclinações janistas. A morte de Tancredo Neves liquidou com seu velho sonho de forjar uma democratização à moda de 45, mas com o "PSD" no lugar da "UDN". Não deu certo. Talvez nos tenha sobrado, como lembrou Raymundo Faoro, (6) a perspectiva tragicômica de um "Estado Novo do PMDB".

* Maria Victoria de Mesquita Benevides é pesquisadora do CEDEC e professora da Faculdade de Educação da USP.

1 - O primeiro trabalho sobre o PSD nacional é o de Lúcia Lippi (1973). Uma interessante pesquisa sobre o PSD de Pernambuco é feita por Dulce Pandolfi (1984). Sobre a UDN ver as teses de Otávio Dulci (1977), Isabel Picaluga (1980) e M.V. Benevides (1981). Sobre o PSP ver Regina Sampaio (1982). Sobre o PTB, além do trabalho de Andréa Loyola (1980), aguardamos a publicação das pesquisas de Miguel Bodea (1986), de Angela Castro Gomes e M. Celina d'Araújo, e a tese, em andamento, de Lucila de Almeida Neves.

2 - Discuti a estabilidade do governo Kubitschek e o papel da aliança PSD-PTB em *O Governo Kubitschek* (1976). Neste livro Lúcia Hippolito retoma o tema da estabilidade e dos partidos, porém adotando a abordagem de Wanderley Guilherme dos Santos (1979).

3 - Vários autores discutem o declínio dos partidos conservadores, no período 45-64; sobretudo a partir do livro de Glaucio Dillon Soares (1973); Olavo Brasil reavalia tal tese em *Partidos Políticos Brasileiros* (1983).

4 - Ver, a respeito, o excelente livro de M. Celina Soares d' Araújo (1982).

5 - Os depoimentos citados, assim como a discussão sobre as crises militares nesse período, estão em M.V. Benevides (1976, p. 185 e passim).

6 - Entrevista de Raymundo Faoro. Revista *Senhor* n.º 250/251, dez. 85.

Bibliografia

ARAÚJO, M. Celina Soares d'. *O segundo governo Vargas*, Rio de Janeiro, Zahar, 1982.

BENEVIDES, M. V. *A UDN e o udenismo*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1981.

_____. *O governo Kubitschek*, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1976.

BODEA, Miguel. *O PTB e o populismo: o caso Rio Grande do Sul*, USP, 1986.

BRASIL, Olavo. *Partidos políticos brasileiros*, Rio de Janeiro, Graal, 1983.

DULCI, Otávio. *A UDN e o antipopulismo*, UFMG, 1977.

LIPPI, Lucia. *O Partido Social Democrático*, IUPERJ (mimeo), 1973.

LOYOLA, Andréa. *Os sindicatos e o PTB*, Rio de Janeiro/São Paulo, Vozes/CEBRAP, 1980.

PANDOLFI, Dulce. *Pernambuco de Agamenon Magalhães*, FUNDAJ/Ed. Massangana, Recife, 1984.

PICALUGA, Isabel. *Partidos políticos e classes sociais - a UDN na Guanabara*, Rio de Janeiro, 1980.

SAMPAIO, Regina. *Ademar de Barros e o PSP*, São Paulo, Global; 1982.

SANTOS, Wanderley Guilherme dos. *The caucus of conflict*, Stanford, 1979.

SARTORI, Giovanni. *Parties and Party Systems*, Cambridge University Press, 1976. (Tradução brasileira Zahar/Universidade de Brasília, 1982.)

SOARES, Glaucio Dillon. *Sociedade e política no Brasil*, São Paulo, Difel, 1973.

A Antropologia de Grupos Urbanos - de Ruben George Oliven, Editora Vozes, Petrópolis, 1985.

por Maria do Rosário R. Salles*

Na análise das contribuições recentes que a Antropologia tem dispensado ao estudo da chamada "problemática urbana", não é suficiente reconhecermos que a pesquisa de áreas urbanas sempre foi relevante na tradição antropológica, especialmente aquela que se identifica com os "estudos comunidade". Realmente se esses trabalhos representam contribuição importante no desvendamento de determinados fenômenos, não chegam a constituir uma Antropologia Urbana propriamente dita que se caracteriza pela utilização sistemática de teorias e métodos próprios à Antropologia, no estudo de sociedades complexas visando a compreensão da dinâmica da sociedade urbano-industrial contemporânea.

Assim, é nas contribuições recentes da Antropologia que vai se centrar a presente análise de Ruben G. Oliven. Vale lembrar, no Brasil, as demais Ciências Sociais muito se têm valido dos resultados da pesquisa antropológica para o conhecimento da realidade urbana. Nada mais oportuno, portanto, do que um balanço desta contribuição.

Discutindo, em dois capítulos iniciais os desafios contidos na transposição para as sociedades complexas, da abordagem antropológica, o autor reconhece que é dentro de determinados limites próprios à análise que reside a riqueza da interpretação - "É talvez através da observação participante (ou da participação observante) que se tem a possibilidade de analisar, por exemplo, a dimensão da dominação no cotidiano e perceber como a cultura reflete e medeia as contradições de uma sociedade complexa, procurando estudar a cultura não como algo externo mas como um fenômeno que é produzido pelos homens nas suas relações sociais. É justamente por se preocupar em estudar os reflexos das grandes transformações do dia a dia e como elas são vivenciadas e reelaboradas por diferentes camadas sociais, que a Antropologia vem desempenhando um papel tão relevante na compreensão da dinâmica de sociedades complexas" (p. 11 e 12).

Num terceiro capítulo intitulado "A cidade e as Teorias Sociais", o autor passa a empreender um balanço das principais teorias que encaram a cidade como uma variável independente além de entendê-la como possuindo a propriedade de criar um modo de vida marcado fundamentalmente por forças desagregadoras e caracterizado pela desorganização social e cultural. A idéia de que as cidades desencadeariam uma "nova forma de cultura caracterizada por papéis altamente fragmentados, predominância dos contactos secundários sobre os primários, isolamento, superficialidade, anonimato, relações sociais transitórias e com fins instrumentais, inexistência de um controle social direto, diversidade e fugacidade dos envolvimento sociais, etc." (p. 14), encontrou na chamada Escola de Chicago e, especialmente em Robert Redfield (1947) e Louis Wirth (1938), seus principais representantes.

De R. Redfield a Antropologia e a Sociologia Urbana da primeira metade deste século, herdaram principalmente a idéia do "*continuum folk-urbano*" provocado pelo processo de mudança e aumento da heterogeneidade social que, transposta para a análise dos fenômenos de desenvolvimento e subdesenvolvimento, desencadeou a "teoria da modernização" que tende a explicar a transformação da sociedade como resultado da cultura e não o contrário.

É bom lembrar também a influência de G. Simmel (1950), que, numa perspectiva psicossocial, enfatiza, de uma perspectiva de patologia social, a função desagregadora da cidade. Mais recentemente coube a Oscar Lewis (1966), as críticas ao modelo do *continuum folk-urbano* e a criação da idéia de uma cultura da pobreza.

Podemos dizer que as teorias sobre a marginalidade social que tanto impregnaram as interpretações sobre o subdesenvolvimento latino-americano na década de 70, foram também fortemente influenciadas por toda essa tradição que via a cidade como uma variável independente, em que noções como falta de participação e integração nas instituições principais da sociedade aparecem como o eixo de explicação da desorganização social e do "subdesenvolvimento".

A nosso ver, seria necessário que trabalho semelhante ao estudo de Ruben G. Oliven fosse desenvolvido para a Sociologia, especialmente no que se refere aos estudos recentes do que se tem convencionado chamar de Sociologia Urbana no Brasil. É necessário resgatar a trajetória da chamada Sociologia Urbana que, assim como a Antropologia Urbana tem sido criticada por "carecer de objeto próprio". É necessário resgatar a trajetória da produção em que se

proceda a uma atualização do conhecimento que signifique um avanço na análise da especificidade dos problemas urbanos latino-americanos e brasileiros em particular. Neste sentido, há que relativizar a influência de autores que, como M. Castells, Jean Lojkine, C. Topalov, F. Godard, E. Preteceille, por exemplo, estão preocupados preferencialmente com "o urbano" de países capitalistas avançados. E talvez resgatar a contribuição de H. Léfèbvre na sua análise sobre as relações sociais no contexto da urbanização contemporânea à luz de uma reflexão da relação sobre o pensamento marxista e a cidade

Voltando entretanto ao livro de Ruben G. Oliven, num 4.º capítulo intitulado "Pesquisas Antropológicas no Contexto Urbano", o autor reúne, segundo seus principais temas, as pesquisas mais significativas da produção antropológica sobre as cidades no Brasil.

Assim, sob o tema: "Migração e Trabalho", os estudos têm privilegiado a migração rural-urbana e a progressiva adaptação dos migrantes à vida urbana. Neste sentido, já *Os Parceiros do Rio Bonito*, de Antonio Cândido, estudo pioneiro sobre o tema, afasta-se da teoria do *continuum* rural-urbano por suas conclusões: a tendência do mundo rural é a incorporação de padrões culturais que se originam e são difundidos a partir das cidades. Não há porque postular a existência de uma cultura rural e de uma cultura urbana.

Na verdade, os trabalhos posteriores, igualmente importantes, de Eunice R. Durham (1973), de Luiz Antonio Machado da Silva (1978), Cláudia Menezes (1976), entre outros analisados pelo autor, discutem inúmeros aspectos da vida dos migrantes rurais na cidade, que evidenciam a não-ruptura com o mundo rural, mas o desenvolvimento, através de uma "reserva cultural" anterior, de formas e estratégias inovadoras na vivência dos problemas urbanos.

Uma dessas formas é o mutirão, ou a rede de trocas de ajuda, de informações, de trabalho, etc.

Esta gama variada de relações de reciprocidade, solidariedade, e competição tem sido amplamente analisada pelos estudiosos e é apreendida pelo autor sob o tema "Formas de sociabilidade no contexto urbano".

Os trabalhos desenvolvidos nesta linha indicam que podemos rechaçar a idéia de que a urbanização traz como conseqüência a desorganização social e cultural, assim como a visão da teoria da modernização segundo a qual o surgimento de novos comportamentos e orientações culturais nas elites e nas massas são precondições para o arranco do desenvolvimento econômico, numa perspectiva linear da passagem das sociedades tradicionais para as sociedades modernas. Ou seja, em sociedades com urbanização acelerada, fenômenos como o clientelismo e o paternalismo encontram formas variadas de sobrevivência. Daí que se encontre uma gama variada de redes de relações sociais que, como aponta L. Lomnitz (1975), vão desde a reciprocidade de grupos de vizinhos, redes em geral baseadas em unidades familiares e não em indivíduos, até redes assimétricas do tipo patrão-cliente que diferem das primeiras pela existência de um chefe, fenômeno que não se restringe às classes mais baixas. Realmente, os estudos sobre as classes médias urbanas revelam a utilização do compadrio como sistema de reciprocidade de favores ou de formas diferenciadas de relacionamentos informais.

Assim, diz o autor, os estudos estão a indicar que, "ao contrário da previsão de que a urbanização implicaria no enfraquecimento dos laços de parentesco e no declínio do significado social da família (cf. L. Wirth, 1938), ela é uma instituição de grande relevância no meio urbano da América Latina" (p. 38), evidência já colocada pelos estudos de O. Lewis sobre o México.

Em seguida o autor relaciona as pesquisas sobre "Religião" no meio urbano.

Realmente, ressalta Ruben G. Oliven, autores com posições teóricas bem diferentes como Durkheim, Freud, Weber e Marx, enfatizam o distanciamento ou a tendência ao distanciamento da religião e o desenvolvimento de um processo de secularização e racionalização que estaria em curso nas sociedades modernas. A secularização aparece como conseqüência da urbanização para diversos autores.

Os estudos antropológicos com relação ao Brasil, entretanto, estariam mostrando que, se há uma diminuição da adesão

ou freqüência ao catolicismo nas grandes cidades, há também um enorme crescimento da Umbanda e Pentecostalismo.

Questiona-se assim, a suposta racionalidade da vida nas cidades. Veja-se a esse respeito, por exemplo, Gilberto Velho e L. Antonio Machado da Silva (1977).

Finalmente, Ruben G. Oliven aponta o tema "Lazer" como uma área relativamente negligenciada pelos cientistas sociais que têm privilegiado em suas análises a categoria trabalho.

Na análise deste tema, o autor faz um paralelo entre duas vertentes opostas nas ciências sociais, uma conservadora, como a representada pela Escola de Chicago e uma "progressista", representada pelas teorias sobre a indústria cultural da Escola de Frankfurt - ambas postulam que a "sociedade urbano-industrial tenderá a destruir nos migrantes e habitantes das cidades suas raízes e tradições culturais, impondo-lhes uma cultura padronizada pelos meios de comunicações de massa que seriam responsáveis por um processo de homogeneização de comportamentos, valores, práticas e orientações" (p. 45).

Ao contrário, diz o autor, trabalhos como os de José Guilherme C. Magnani (1980) e de Francisco Weffort (1979), mostram que "a dinâmica cultural em cidades como as brasileiras é bem mais complexa, havendo uma rica articulação entre expressões da cultura popular e da indústria cultural" (p. 46).

Assim, através da trajetória teórica desenvolvida nos primeiros capítulos e pelo balanço da produção realizada no capítulo IV, observam-se os avanços que os estudos antropológicos no meio urbano brasileiro significam não apenas para a Antropologia, mas para toda uma teoria social que pretende dar conta das transformações das sociedades contemporâneas. O resultado das pesquisas em sociedades como as latino-americanas e especialmente das desenvolvidas no Brasil, aponta para a superação das teorias que privilegiam o estudo das cidades isolando-as do contexto global da transformação das sociedades.

NOTAS

* Maria do Rosário Rolfsen Salles é do Departamento de Sociologia (Programa de Mestrado em Sociologia Rural e Urbana), ILCSE/UNESP/Araraquara, S.P.

Bibliografia

DURHAM, Eunice. *A caminho da cidade*, São Paulo, Ed. Perspectiva, 1973.

LEWIS, Oscar. "The culture of poverty". *Scientific American*, vol. 215, n. 4; 1966.

LOMMITZ, L. *Como sobrevivem los marginados*, México, Siglo XXI, 1975.

MAGNANI, José Guilherme C. "Ideologia, Lazer e Cultura Popular". *Dados*, vol. 23, n. 2, 1980

MENEZES, Cláudia. *A mudança*, Rio de Janeiro, Imago, 1976.

REDFIELD, Robert. "The folk society". *American Journal of Sociology*, vol. 25; n. 4, 1947.

SILVA, Luiz Antonio Machado da. "O significado do botequim". In: *Cidade: usos e abusos*. São Paulo, Brasiliense, 1978

SIMMEL, G. "The Metropolis and mental life". In: Wolf, Kurt H. (ed.) *The Sociology of G. Simmel*, Glencoe, III, The Free Press, 1950. (Copyright by The University of Chicago, publicado pela primeira vez em 1902.)

VELHO, Gilberto & SILVA, Luiz Antonio Machado da. "A organização social no meio urbano". *Anuário Antropológico* 76, Rio de Janeiro, Tempo Brasileiro, 1977.

WEFFORT, Francisco. "Nordestinos em São Paulo". In: Valle, Edênio & Queiroz, J. J. (orgs.) *A cultura do povo*, São Paulo, Cortez e Moraes, 1979.

WIRTH, Louir. "Urbanism a way of life". *American Journal of Sociology*, vol. XLIV, n.º 1, jan. 1938.

Olga - de Fernando Morais, São Paulo, editora Alfa-ômega, 1985, 314 p.
por Marco Aurélio Garcia*

Há mais de seis meses a biografia de Olga Benário, escrita pelo jornalista Fernando Morais figura nas listas dos livros mais vendidos no Brasil, ocupando invariavelmente o primeiro lugar. O impacto que a vida desta alemã, judia e comunista tem sobre os leitores brasileiros não é surpreendente. Sua história explica.

Refugiada em Moscou durante os anos trinta, depois de uma precoce e atribulada militância no Partido Comunista Alemão, Olga, já então dirigente da Internacional Comunista Jovem e, ao que tudo indica, trabalhando em tarefas conspirativas, viria a conhecer Luis Carlos Prestes, a lendária figura das lutas tenentistas que havia recusado a direção militar da revolução de 1930 e se aprestava para voltar a seu país a fim de dirigir uma outra revolução. Todos os condimentos de um bom *feuilleton* parecem estar reunidos. O entrecruzamento de duas trajetórias de vida marcadas pela aventura que acaba por desembocar em uma relação amorosa. A clandestinidade, a conspiração e a insurreição fracassada seguidos da brusca separação do casal pela repressão. Olga é finalmente deportada para a Alemanha nazista; grávida, dá à luz uma filha de Prestes no campo de concentração. Tempos depois é executada sem saber do destino de sua filha já a salvo pela ação da mãe do dirigente comunista, Dona Anita Leocádia.

Quando se fala em *feuilleton*, não se está querendo em nada desmerecer o livro de Fernando Morais. Pelo contrário. Que mais se pode pedir a uma pesquisa histórica, do que o envolvimento que Olga tem produzido em seus leitores? Das mais de trinta teses publicadas nos últimos anos sobre a esquerda brasileira, seguramente nenhuma teve um público tão apaixonado como o do livro de Fernando. Não se pode mais fazer o culto do sociologuês ou outros jargões do gênero detráis dos quais se oculta uma pretensão de cientificismo e rigor teórico de resultados não raro duvidosos. Além do que a pesquisa realizada pelo autor é de fazer inveja a qualquer acadêmico pela amplitude e ineditismo de informações obtidas, permitindo esclarecer de forma original vários aspectos dos acontecimentos de 1935 no Brasil, até agora pouco explorados ou simplesmente não revelados. Cite-se, por exemplo, mas não é o único caso, a reconstituição do grupo da Internacional Comunista enviado ao Brasil e de seu papel na insurreição de novembro que a história oficial registra sob o nome de "intentiona".

O livro de Fernando Morais suscita para a academia - os historiadores e analistas das esquerdas, em especial - a interessante questão da relação entre os pesquisadores universitários e de jornalistas que se dedicam sobre um mesmo tema. Reflexão tanto mais complicada de fazer se se leva em conta que o trabalho de Fernando Morais - no caso, uma biografia - tem sido até agora estigmatizado como "gênero menor", talvez pela tradição brasileira onde proliferam *O Imperador Galante* e outros textos que vão do frívolo ao apologético, aparecendo a vida de Stephan Zweig, *Morte no Paraíso*, de Alberto Dines, como um dos raros momentos de inspiração em meio a um oceano de mediocridade.

Diferentemente de outros países, não há uma tradição biográfica na literatura brasileira, acadêmica ou jornalística. Lá fora jornalistas como Lacouture foram capazes de produzir estudos da envergadura das biografias sobre Malraux, Leon Blum, Mendès-France, Maurois e o recente De Gaulle. Dos meios acadêmicos todos saberão valorizar pela abrangência e/ou profundidade as vidas de John Reed (Rosenstone) e Maurice Thorez (Philippe Robrieux) para não falar nos monumentais e indispensáveis Karl Marx-Friedrich Engels (Auguste Coreu) e a trilogia inacabada sobre Stálin, Trotsky e Lenin (Issac Deutscher). No Brasil há muito pouco a registrar e é de se esperar que o êxito de Fernando Morais empurre jornalistas e pesquisadores universitários na mesma direção.

Fica no entanto a pergunta: qual a especificidade do trabalho biográfico de um jornalista em relação ao de um acadêmico? Esta não poderá obviamente residir na "ligeireza" do primeiro *versus* "profundidade" do segundo, menos ainda se esta diferença recobrir questões de estilo, pois é de se desejar que os estudos universitários (biográficos ou não) libertem-se da árida linguagem que parecia dar-lhe estatuto científico. É claro que não há especificidades

literárias nas duas abordagens que podem, de resto, ser observadas em *Olga*. Fernando Morais é antes de tudo um repórter e isto se reflete no tom descritivo de seu texto que, não raro, aparece como um roteiro cinematográfico (o que facilitará o trabalho de Sílvio Tandler que já anunciou sua intenção de filmar *Olga*). Opera em certos momentos como um ficcionista, quando atribui a seus personagens certos *états d'âme*, reconstitui situações e diálogos em forma dramática que não estão analisados (e seria ridículo e pesado se o estivessem) por notas-ao-pé-da-página.

Talvez a separação em relação ao acadêmico apareça mais na contextualização de certas situações e na forma pela qual utiliza suas fontes. A contextualização do jornalista, sobretudo quando trabalha na forma de um ficcionista como Fernando o faz, busca mais captar os elementos que configuram o "*clima*" dentro do qual a trama se desenvolveu e, neste particular, a escolha deverá necessariamente ser presidida por critérios de natureza subjetiva que insistam sobre o elemento dramático da situação. Um acadêmico não ficaria insensível a certos detalhes da história. Simplesmente dar-lhes-ia um outro lugar. Eventualmente, se se constituísse em elemento fundamental de convicção de uma tese qualquer, apareceria como peça probatória; caso contrário, seria resgatado apenas como elemento de estilo sem ter a mesma principalidade que terá no outro texto.

A contextualização de um universitário exploraria sem dúvida alguma de forma distinta o envolvimento dos personagens principais - Olga e Prestes - com a Internacional Comunista e desta com os acontecimentos de 1935 no Brasil e o faria a partir dos próprios elementos que Morais pesquisou e que estão presentes em seu livro. É óbvio que Olga Benário é mais do que uma mulher que dá uma "fachada" matrimonial para Prestes em seu clandestino périplo pelo mundo, antes de chegar ao Brasil, e, posteriormente, aqui mesmo, enquanto se tramava-a insurreição. Um estudo comparativo dos grupos da IC enviados a outros países em situações semelhantes, e sobre os quais há literatura, permitiria desvendar melhor a natureza de seu papel e, conseqüentemente, avaliar mais claramente o envolvimento do Comintern nos acontecimentos brasileiros. Fernando Morais não esconde elementos, ao contrário, deixa-os expostos, não estabelecendo, no entanto as conexões que não poderiam escapar a um outro tipo de trabalho.

Pela mesma razão seguramente, ainda que neste ponto se possa somar algum *parti-pris* do autor, o leitor fica privado do conhecimento do grave conflito que sacudia a Internacional Comunista e que teve mais de uma repercussão na história mesma que Fernando narra. Nas páginas 276-277, por exemplo, o autor revela como Olga cruzou no campo de concentração de Ravensbrück com a militante comunista alemã Margarete Büber-Neumanri que lá estava como prisioneira. O episódio, em realidade consta do livro de Margarete, *La Révolution Mondiale* (tradução do original alemão, Paris, Castermann, 1971) no qual ela relata, como Morais menciona, que esteve a ponto de viajar clandestinamente para o Brasil em 35, juntamente com seu marido o dirigente do PC alemão Heinz Neumann. A certa altura diz Morais: "A divergência dos Neumann com alguns dirigentes do Comintern, explicou Margarete, impediram que eles embarcassem - o que provavelmente acabou por lhes salvar a vida." (p. 277)

Ora, o que não é dito, mas é extremamente relevante para configurar o clima de pugna política na IC e a repressão existente na URSS, é que Margarete se encontrava em Ravensbrück porque foi entregue a Hitler pelo governo soviético, depois de haver passado uma temporada nos campos de concentração na Sibéria. Se é certo que ela teve efetivamente a sorte de sobreviver a prisão, o que não aconteceu com Olga Benário, o mesmo não ocorreu com seu companheiro Heinz Neumann, executado, sem processo, na URSS em 1937, presumivelmente, na esteira dos grandes processos abertos a partir do ano anterior.

As fronteiras, por vezes tênues, entre o jornalista e o historiador (ou cientista social em geral) passam sem dúvida pelo tipo específico de relação com as fontes. Se no biógrafo-repórter está presente a preocupação em reconstituir "o que efetivamente ocorreu na história", no historiador deve estar presente o sentimento de que o passado é efetivamente este território longínquo cuja plena e total reconstituição recobre uma ilusão positivista, na medida em que ele ganha sucessivamente novas configurações em função das luzes que lhe são lançadas pelo presente. A relação do cientista social e do historiador com as fontes transcende a preocupação probatória, (ainda que esta não possa ser de forma alguma evacuada) na medida mesma em que não há "fatos" que falem por si próprios como se pretendeu durante muito tempo.

Do ponto de vista da *démarche* intelectual, o historiador deverá dedicar ao fato histórico uma atenção no mínimo

idêntica, a que dedicará a sua "versão". A reflexão histórica é inseparável da reflexão historiográfica. Neste particular, *Olga* além de uma apaixonante reconstituição de um tempo e de seus protagonistas, quase todos perdidos no passado, é também um depoimento sobre o presente em que foi escrito. Reunindo fontes para os historiadores e analistas do período, o livro de Fernando é ele próprio um objeto de análise sobre o estado em que se encontra no Brasil a reflexão sobre questões relacionadas com a história de nossa esquerda Mérito adicional de um livro que provoca e provocará por muito tempo a paixão pela história.

NOTAS

*Marco Aurélio Garcia é professor do Departamento de História da Universidade Estadual de Campinas.

Green Politics. The Global Promise - de Fritjof Capra e Charlene Spretnak, New York, E. P. Dutton, Inc., 1984, 244 p.
por Eduardo J. Viola*

Este livro constitui a mais completa análise, até agora publicada, do significado do Partido Verde na República Federal Alemã e sua repercussão na política mundial. Os autores, Fritjof Capra e Charlene Spretnak (professores da University of California, Berkeley), já tinham escrito previamente sobre o paradigma filosófico-político que agora expressa-se na política verde. Capra é autor de dois livros de profunda repercussão internacional nos últimos anos (*The Tao of Physics* e *The Turning Point*) que tratam sobre as implicações filosóficas, sociais e políticas da ciência contemporânea. Spretnak, especialista em estudos sobre a mulher, é autora de *Lost Goddesses of Early Greece*, *The Politics of Women's Spirituality* e "Naming the Cultural Forces that Push Us Toward War".

Green Politics é composto de três partes: a primeira e fundamental trata sobre os verdes e a emergência duma cultura política pós-materialista na Alemanha; a segunda analisa a política verde em diversas regiões do mundo (resto da Europa, Canadá, Austrália, Nova Zelândia, Japão); e a terceira discute os dilemas e perspectivas da alternativa verde nos EUA.

Os autores percorreram extensamente o mapa verde alemão em 1983, convivendo com os coletivos, realizando entrevistas em profundidade com dezenas de militantes e dirigentes e acompanhando os primeiros meses de atuação dos deputados verdes no Parlamento em Bonn. Enfatizando o impacto dos verdes na cultura política alemã os autores consideram que: "Poucos alemães ocidentais sentem-se neutros em relação aos verdes. Os dois milhões de pessoas que votaram neles na eleição federal de março de 1983... acreditam que os verdes são uma voz necessária no sistema político, que eles são a má consciência personificada do governo e os guardiões ecológicos do futuro. Outros cidadãos sentem que os verdes estão corretos em algumas questões, mas são excessivamente radicais em geral. Outros vêem os verdes como disruptores do *status quo* a quem falta uma compreensão das leis básicas da economia. Finalmente, grande parte da esquerda radical percebe os verdes como não sendo suficientemente radicais e disruptivos..." (p. 143).

Primeiramente os autores contrapõem, ao paradigma materialista dominante nas sociedades capitalistas e socialistas, o paradigma pós-materialista que está emergindo na última década, e do qual os verdes são expressivos portadores, transcendendo o marco de referência esquerda-direita.

Segundo Capra-Spretnak "O novo paradigma enfatiza a interconexão e interdependência de todos os fenômenos, assim como a inserção de indivíduos e sociedades no processo cíclico da natureza. Ataca a dinâmica injusta e destrutiva do patriarcado. O novo paradigma assenta-se na justiça social e num sistema econômico sustentável, ecológico, descentralizado e equitativo - composto de instituições flexíveis, nas quais as pessoas tenham significativo controle sobre suas vidas. Advogando por uma ordem mundial cooperativa, a política verde rejeita todas as formas de exploração: da natureza, dos indivíduos, dos grupos e dos países. Está comprometida com a não-violência em todos os níveis. A política verde encoraja uma vida cultural rica que respeita o pluralismo dentro da sociedade e estimula o crescimento interior que leva à sabedoria e compaixão" (p. XIX-XX).

Uma vez introduzidas as características do novo paradigma, os autores analisam as condições sócio-políticas da

emergência dos verdes. Depois dos anos de retração que seguiram ao fracasso do movimento contestatório de 1968, novos movimentos sociais emergiram; entre os quais quatro são fundamentais na constituição do tronco verde, em fins da década de 70: ecologismo, pacifismo, feminismo e movimento contra as usinas atômicas. Depois da apresentação de listas verdes em várias eleições municipais e estaduais, nas quais não atingiram o limite mínimo de 5%, os verdes reuniram-se pela primeira vez nacionalmente e lançaram uma lista para as eleições ao parlamento europeu em 1979, obtendo 3,2 % dos votos. Este sucesso eleitoral precipitou a fundação do Partido Verde (Karlsruhe, janeiro de 1980) no qual confluíram também setores marxistas heterodoxos que passaram a constituir a minoria esquerdista radical do partido. Depois de conseguir eleger deputados estaduais em sucessivas eleições em Baden-Württemberg, Berlim, Baixa Saxônia e Hesse, em março de 1983 os verdes obtiveram 5,6% dos votos, elegendo 27 deputados ao Parlamento Federal.

Depois de analisado o processo de emergência do movimento verde, os autores discutem extensamente os cinco pilares da política verde: ecologia, não-violência ativa, justiça social, descentralização e democracia participativa.

Em relação ao primeiro pilar Capra-Spretnak mostram como, bem mais do que proteger o meio ambiente - meta do ambientalismo -, os verdes defendem a "ecologia profunda" que explica os desequilíbrios na relação sociedade-natureza em função dos desequilíbrios no interior da sociedade. A grande maioria dos verdes (excetuando uma minoria romântica) são favoráveis a um desenvolvimento ecologicamente equilibrado que inclui a utilização prudente da maioria das tecnologias contemporâneas, rejeitando somente aquelas intrinsecamente predatórias. Neste sentido, as propostas mais difundidas entre os verdes - e que se referem ao desenvolvimento de tecnologias apropriadas que reflitam a interdependência da humanidade com a Terra - são, entre outras, as seguintes: produção de energia flexível que trabalha com os ciclos do sol, da água, do vento e da corrente dos rios; agricultura de regeneração que reabastece o solo e incorpora meios naturais de controle das pragas; fim da devastação das fontes de recursos naturais (renováveis e não-renováveis); parada do envenenamento da biosfera pelos descarregamentos de lixo tóxico; drástico controle da poluição do ar efetuada pelas indústrias e meios de transporte; redução dos "níveis aceitáveis" de exposição radioativa.

Capra-Spretnak analisam extensamente a plataforma verde referente à construção duma economia baseada em princípios ecológicos e o debate que se dá no interior do partido em torno desta questão. Porém, os autores subestimam o caráter ainda precário da plataforma econômica verde. Acredito que este caráter precário deve-se ao fato de não se alicerçar numa teoria econômica ecologista alternativa ao paradigma dominante keynesiano e às críticas neoconservadora e marxista. Uma teoria econômica ecologista requer um profundo trabalho de elaboração e o movimento verde ainda não reconheceu suficientemente a prioridade desta tarefa. Capra-Spretnak subvalorizam o significado da elaboração duma teoria econômica ecologista, apostando excessivamente na vitalidade contestatória da expansão duma nova consciência ecológica.

Para os autores, o segundo pilar, a não-violência ativa, tem para os verdes o sentido duma paralisação tanto da violência pessoal quanto da violência estrutural. Eles mostram a influência decisiva que exercem sobre os verdes Thoreau, Gandhi, Martin Luther King e Gene Sharp, tanto na elaboração da doutrina da defesa social ou civil em contraposição à doutrina da defesa militar, quanto na estratégia e tática, essencialmente pacífica da luta contra o militarismo e a indústria de armamentos.

O terceiro pilar da política verde, a justiça social, é discutido pelos autores de um modo menos sistemático que os anteriores. Segundo eles o significado principal da justiça social consiste em estender a democratização sócio-econômica atingida no Estado de Bem-Estar: afirmação salarial das mulheres e dos estrangeiros, quebra do oligopólio da comunicação de massas, promoção de formas cooperativas na produção e comercialização. Mas o problema das complexas relações entre as diversas formas de propriedade (estatal, cooperativa, privada) e as acirradas polêmicas que produz no interior do movimento verde é tratado superficialmente.

O quarto pilar, a descentralização, é tratado rapidamente pelos autores. Eles mostram como os verdes defendem uma drástica desburocratização das unidades administrativas e uma forte realocação do gasto público em favor dos municípios, das microrregiões e dos Estados. Os verdes propõem também a constituição, a longo prazo, de uma nova ordem mundial baseada nas biorregiões (determinadas segundo critérios ecológicos e culturais) que seriam as unidades

duma ONU profundamente reformada.

O quinto pilar da política verde, a democracia participativa de base, é tratado mais extensamente e desde uma ótica crítica sem concessões. Este é o lugar em que os autores encontram maior defasagem entre os princípios e a prática verde: o machismo atenuado que predomina, em quase todos os coletivos, o estrelismo como um componente sempre presente em debates que por isso alongam-se até a exaustão; o excessivo personalismo dos parlamentares federais que dificulta a atuação coletiva do bloco; os impasses do princípio da rotatividade nos órgãos legislativos devido à perda de eficiência implicada na rotação; a constituição de algumas lideranças carismáticas a nível nacional contrariando o princípio da liderança limitada.

Finalmente, os autores discutem a principal clivagem no movimento verde, entre fundamentalistas e realistas. Os primeiros mais preocupados com a pureza do movimento, com a criação duma economia alternativa periférica e fortemente relutantes a qualquer aproximação com a social-democracia. Os realistas preocupados com a extensão do movimento verde, a formulação de um programa econômico de transição viável, capaz de ecologizar paulatinamente a sociedade desenvolvimentista, e interessados numa aproximação com vastos setores da social-democracia que se mostram sensíveis à plataforma verde, incluindo a perspectiva de governos de coalizão social-democrata-verde tanto no nível estadual quanto no federal. Apesar de Capra-Spretnak ter respeitado no fundamental o princípio da pesquisa acadêmica - segundo o qual um pesquisador engajado valorativa e emocionalmente com seu objeto de estudo deve exercitar um distanciamento sistemático em relação ao mesmo - há uma questão crucial na qual foram cegos: o potencial messiânico-autoritário presente nos fundamentalistas. Acredito que estes, enfatizando pureza do movimento, tendem a adotar uma visão maniqueísta da realidade social segundo a qual "todo o bem está em nós e todo o mal está nos outros" com o conseqüente bloqueio do diálogo com a sociedade e o perigo onipresente da sectarização. Acredito ser fundamental para a dinâmica futura do movimento verde que os fundamentalistas não dêem a tônica ao conjunto do movimento. Isto sem prejuízo de reconhecer o papel positivo que os fundamentalistas cumprem no processo permanente de construção da identidade política dos verdes, desde que contidos ao lugar de um ator secundário.

Na segunda parte, sobre o movimento verde no mundo, os autores discutem casos nacionais específicos, detendo-se particularmente nos casos neozelandês e belga. O primeiro, por ter sido o pioneiro: o Partido dos Valores foi fundado em 1969 e muitas de suas propostas foram posteriormente absorvidas pelos partidos dominantes. O segundo, por ser o mais desenvolvido: foram os primeiros a ter representação parlamentar e já conseguiram ser muito respeitados pelo resto da sociedade e pelas agências estatais. Apesar de não tratarem especificamente de nenhum caso latino-americano, os autores assinalam o surgimento de interesse pela política verde em alguns destes países. Posteriormente Capra-Spretnak discutem a formação e desenvolvimento de redes globais verdes: Ecoropa, Friends of the Earth, Greenpeace, Planetary Initiative.

Na terceira parte os autores discutem a dinâmica e perspectivas do movimento verde norte-americano, do qual eles são autores. Mostram como as idéias verdes emergiram antes nos EUA do que na Europa e como o sistema de representação distrital dificulta a emergência de um Partido Verde nos EUA. Eles discutem os diversos movimentos que confluem para o tronco verde nos EUA: ecologistas, pacifistas, antiusinas nucleares, feministas, de direitos civis, de medicina e educação holística e de psicologia humanista. Finalmente, os autores discutem a importância estratégica que o movimento verde norte-americano tem na perspectiva de uma reforma "verdificante" da ordem internacional.

Dos quatro movimentos sociais fundamentais que constituíram o Partido Verde na Alemanha, somente dois têm tido certa expressividade no Brasil: o feminismo e o ecologismo. O primeiro desenvolveu-se significativamente desde meados dos 70, chegando a influenciar a cultura política e o mundo acadêmico das ciências sociais desde o início da década de 80.

Depois de quatro décadas de desenvolvimento econômico acelerado, concentrador e predatório foi somente na última década que deu-se um paulatino despertar duma consciência ecológica difusa nas populações urbanas do sul-sudeste. Junto com esta consciência veio um proliferar de frágeis entidades ambientalistas, geralmente restritas a atacar os mais graves sintomas de desequilíbrio nas suas cidades e carecendo de uma visão global em termos de ecologia política.

A crítica do modelo econômico vigente tem se restringido até agora à profunda injustiça social que ele gera. Embora a problemática dominante na opinião pública seja a dos custos sociais do desenvolvimento, há indicadores de que a problemática dos custos ecológicos do desenvolvimento tornar-se-á um componente significativo do debate público e da agenda estatal nos próximos anos. O movimento ecológico politizou-se aceleradamente nos últimos dois anos, procurando coordenar esforços a nível estadual e nacional, chegando-se recentemente à emergência do debate sobre a desejabilidade e viabilidade da constituição de um Partido Verde no Brasil.

A repercussão da problemática ecológica no meio acadêmico das ciências sociais no Brasil tem sido até agora muito reduzida. O errôneo suposto de que "ecologia é problema de país desenvolvido" está por trás deste desinteresse. A difusão do livro de Capra-Spretnak, incluindo sua eventual tradução, poderia contribuir para dissolver alguns preconceitos que ainda bloqueiam a aproximação à problemática da ecologia política por parte de nossos cientistas sociais.

NOTAS:

* Eduardo J. Viola é doutor em Ciência Política pela Universidade de São Paulo e professor adjunto da Universidade Federal de Santa Catarina